

A CONSTRUÇÃO INDUSTRIALIZADA: UMA OPORTUNIDADE QUE PORTUGAL NÃO PODE PERDER



MÁRIO LACERDA

Presidente da Direção da Associação Nacional dos Industriais de Pré-fabricação em Betão (ANIPB)

Portugal enfrenta atrasos crónicos em obra, custos imprevisíveis e uma pressão crescente para responder à falta de habitação e às metas climáticas.

Neste contexto, a construção industrializada – com o betão pré-fabricado no centro, mas integrando naturalmente outros materiais, como o aço e a madeira – deixa de ser uma promessa futurista para se afirmar como uma necessidade presente.

O país dispõe de empresas sólidas, tecnologia e capacidade industrial. Falta, sobretudo, alinhar mentalidades, regras, ensino e enquadramento regulatório com uma forma de construir que valoriza previsibilidade, qualidade e velocidade de execução.

O maior bloqueio não é técnico. As soluções existem em abundância, com diferentes vantagens, limitações e graus de adequabilidade a cada projeto. O principal bloqueio é, a meu ver, cultural. Muitos projetos continuam a ser concebidos como se a execução fosse sempre artesanal, ignorando princípios de modularidade, repetibilidade e desenho orientado ao fabrico. Persiste ainda a ideia de que prescrever sistemas industrializados limita a concorrência.

Na realidade, acontece o contrário. A concorrência saudável mede-se por desempenho, custo do ciclo de vida, cumprimento de prazos e certificações – nunca pela improvisação permanente. Nos mercados europeus mais maduros, a padronização é um requisito essencial para elevar a produtividade, garantir transparência e reforçar a segurança.

Importa também desfazer um equívoco recorrente: a arquitetura modular está longe de ser simplista ou redundante. Pelo contrário, exige rigor, coordenação e capacidade criativa para transformar restrições geométricas em soluções eficientes, elegantes e tecnicamente robustas. A modularização não empobrece a arquitetura – refina-a, obrigando a integrar estética, funcionalidade e fabrico num único raciocínio.

Há, porém, um obstáculo estrutural que alimenta a resistência à industrialização: o ensino superior. Na maioria dos cursos de engenharia e arquitetura, a pré-fabricação continua a ser tratada como exceção, e não como competência central. Muitos jovens profissionais chegam ao mercado com pouca exposição à racionalização geométrica, à compatibilização digital, às tolerâncias industriais ou à logística de montagem. É fundamental recordar que a conceção arquitetónica e o desenvolvimento de engenharia não são etapas sucessivas, mas partes interdependentes de um mesmo processo de construção. Sem esta literacia técnica, perpetua-se a visão da obra tradicional como modelo dominante – mesmo quando este já não responde às necessidades do país.

A mudança exige, por isso, uma aproximação real entre academia e indústria: rever currículos, integrar módulos de pré-fabricação, reforçar estágios curriculares em contexto empresarial, co-leccionar unidades com engenheiros das empresas, promover visitas técnicas e desenvolver projetos académicos com base em catálogos reais. É igualmente essencial o contributo das associações setoriais e dos fabricantes de equipamentos, que devem assumir um papel ativo no financiamento de cátedras, laboratórios vivos e investigação aplicada. Só assim se formará uma nova geração de projetistas e profissionais do setor alinhada com a construção do futuro.

Em paralelo, é indispensável modernizar os processos públicos. O licenciamento continua lento e desajustado, pensado para métodos tradicionais e não para decisões antecipadas típicas dos sistemas industriais. E, nos concursos públicos, continua a ser extremamente difícil acrescentar engenharia ou otimização técnica a projetos já lançados – mesmo quando tal permitiria soluções industrializadas mais eficientes, rápidas e económicas.

Este bloqueio processual impede inovação, reduz competitividade e cristaliza práticas ultrapassadas. O modelo de contratação pública permanece preso a medições e trabalhos unitários, formatos incompatíveis com componentes produzidos em fábrica. Enquanto licenciarmos e contratarmos como no século passado, não construiremos com a eficiência que o presente exige. O potencial, ainda assim, é evidente. Portugal dispõe de empresas competitivas, massa crítica industrial e uma urgência habitacional que exige exatamente o que a pré-fabricação oferece: rapidez, previsibilidade, menor desperdício e maior controlo de qualidade. Para concretizar este potencial, são necessários três movimentos simultâneos: alfabetizar projetistas e decisores, reformar regulamentos e modelos de contratação e garantir previsibilidade de mercado que justifique o investimento industrial de longo prazo.

Construir melhor e mais depressa começa na fábrica – não na improvisação em obra. Portugal já não pode adiar esta escolha. A industrialização é, ao mesmo tempo, uma oportunidade e uma necessidade que o país não pode perder.